

Imprensa e CPI

JORNAL DE BRASÍLIA

EDGAR LISBOA

Orçamento

Há quem diga que agora, com a CPI do Orçamento, está se repetindo o que ocorreu durante o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que desvendou o festival de acaques e trambiques diversos protagonizados por Paulo César Farias — a imprensa vem dando o tom das investigações. Não há dúvida de que foi o economista José Carlos Alves dos Santos que arrombou a porta — da mesma maneira que, antes, Pedro Collor de Mello e Eriberto França — mas, a partir daí, a imprensa tem, com suas reportagens, praticamente ditado o ritmo da apuração.

Dia após dia, jornais, rádios e tevês desabam uma chuva de novas informações sobre os membros da CPI, seja relativas ao patrimônio dos investigados, seja apontando outros tipos de maracutaia, seja indicando pessoas que têm algo a dizer sobre o sumiço de um valor que se estima bastante superior a US\$ 100 milhões.

Talvez não seja exagero dizer que a CPI vai a reboque da imprensa. É claro que no que se refere a informações sigilosas sobre movimentação de cheques, ou ligações telefônicas, os parlamentares levam vantagem, mas, na CPI do PC, mesmo nesse campo, os jornalistas conseguiram sair na frente, algumas vezes.

Isso ocorre, basicamente, por dois motivos. O primeiro é que a imprensa brasileira começa a se destacar no jornalismo investigativo. Um grande caso de corrupção atrás do outro serve, no mínimo, para que os repórteres e os veículos se especializem. De outro lado, é importante considerar que um jornalista, andando só, tem uma agilidade impossível de ser alcançada pelas subcomissões de deputados e senadores que têm exigências legais a cumprir quando colhem os depoimentos de implicados.

O segundo fator que favorece a imprensa na CPI é a falta de infra-estrutura do Parlamento. Sua atribuição de investigar o Executivo é recente, data da última

Constituinte. Nesse curto prazo, no entanto, o Parlamento não formou um corpo funcional preparado para a missão. Sabe-se que a CPI não tem, por exemplo, um arquivista para pôr em ordem os documentos recolhidos. Muitos outros profissionais — peritos em computação, grafotécnica, contabilidade e área fiscal — deveriam trabalhar nas comissões, secundando os deputados, na sua maioria leigos em investigações desta natureza. Há quem ache, porém, que a falta de técnicos é uma decisão dos parlamentares, que não querem dividir com ninguém o palco grandioso que é usufruído pelos que participam de uma CPI de tal magnitude.

Recentemente, o InformEstado e a agência Fato, Pesquisa e Jornalismo realizaram uma pesquisa para avaliar o prestígio das instituições nacionais. O InformEstado ouviu 400 pessoas nas ruas e a FPI escutou 80 pessoas que ocupam cargos de liderança na sociedade. Ao final, constatou-se que os jornais são a instituição que maior prestígio goza junto à sociedade brasileira, já que têm a seu favor a confiança de 80 por cento da população e de 88 por cento das lideranças. O Congresso Nacional vinha num modestíssimo décimo lugar — com uma aceitação de 46 e 66 por cento, respectivamente — acima apenas dos partidos políticos.

Como a pesquisa antecedeu o escândalo do Orçamento, é bem provável que ao encerramento da CPI, se as punições atingirem realmente a todos os culpados, o Congresso Nacional ganhe pontos preciosos junto à população. Da mesma forma, a imprensa está tendo uma oportunidade de elevar ainda mais seus índices de aprovação. O fortalecimento dos jornais e do Congresso Nacional será, em última instância, o fortalecimento da democracia entre nós.

■ *Edgar Lisboa* é jornalista e diretor executivo da Associação Nacional de Jornais - ANJ